
Famílias no contexto europeu: Alguns dados recentes do *European social survey*¹

*Anália Torres, Rui Brites, Rita Mendes e Tiago Lapa*²

Nesta comunicação analisam-se alguns dos resultados de pesquisa obtidos a partir do “European Social Survey” (ESS)³. Caracterizam-se, de início, os dados relativos ao tamanho médio, à estrutura e à composição familiar dos inquiridos dos diferentes países, procurando identificar os perfis familiares dominantes na Europa e os factores que contribuem para os aproximar ou distinguir. Perceber se continua a fazer sentido a arrumação tradicional Norte/Centro/Sul e situar Portugal no contexto europeu constituem também objectivos da análise realizada.

A relação entre as realidades familiares e o mundo do trabalho, bem como as características da actividade feminina, são outras vertentes a explorar. Com efeito, sabemos que quanto à actividade feminina (taxa de actividade, n.º de horas de trabalho, existência de equipamentos de apoio à 1ª e 2ª infância, etc.) os países europeus se diferenciam substancialmente entre si.

1. Estruturas e morfologias familiares na Europa

Neste âmbito, procuraram-se as tipologias predominantes na Europa e o lugar específico de Portugal neste contexto. Um primeiro elemento diferenciador entre os países europeus é a média do tamanho dos agregados familiares, que no total dos países abrangidos pelo estudo é de 3,03⁴.

Portugal (com 3,2) a par dos outros países do Sul da Europa apresenta um valor acima da média europeia (gráfico 1). O conjunto dos países do Sul da Europa apresenta um tamanho médio de 3,3 pessoas por agregado familiar. Por contraste, os países escandinavos, com 2,6 pessoas por agregado, apresentam os valores médios mais baixos do conjunto dos países abrangidos pelo ESS. A partir do **gráfico 1** constata-se que a média dos agregados vai subindo, com algumas oscilações, quando se passa dos países escandinavos para os do Sul da Europa⁵.

¹ A equipa executiva nacional do ESS é composta por Jorge Vala (Coord.), Anália Torres e Alice Ramos. Manuel Villaverde Cabral e João Ferreira de Almeida integram o Conselho Científico do ESS. Para a análise dos resultados do inquérito e aplicações subsequentes do mesmo, constituiu-se uma equipa no CIES/ISCTE, composta por Anália Torres (Coord.), Rui Brites, Rita Mendes e Tiago Lapa

² *Socióloga, professora no ISCTE, investigadora do CIES

** Sociólogo, docente do ISCTE

*** Socióloga, mestranda do ISCTE

**** Finalista da licenciatura em Sociologia do ISCTE

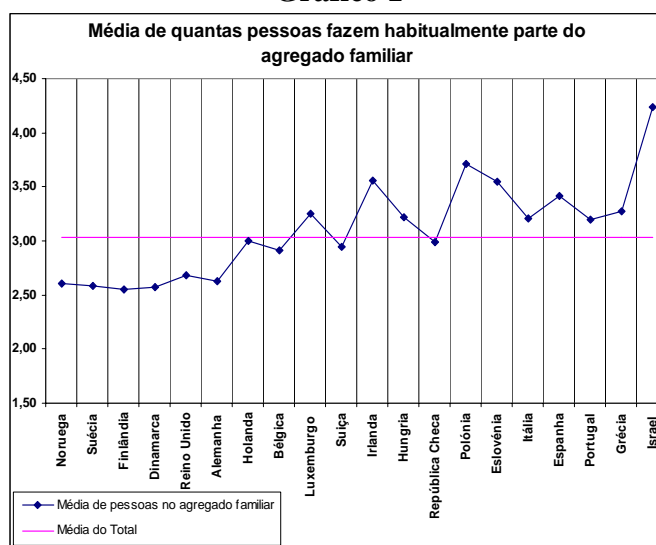
³ Um grande inquérito aplicado a nível europeu em 2002, envolvendo mais de vinte países. Dinamarca; Bélgica; Itália; Alemanha; Luxemburgo; Eslovénia; Espanha; Finlândia; Grécia; Holanda; Hungria; Irlanda; Israel; Noruega; Polónia; Portugal; Reino Unido; República Checa; Suécia e Suíça

⁴ Nos valores do *Eurostat Yearbook* (2002), o número médio de pessoas por agregado familiar era de 2,4, na Europa dos 15, em 2000. O número médio por nós obtido é ligeiramente influenciado por países fora da Europa dos 15, como a Polónia, a Eslovénia e especialmente Israel, uma vez que estes têm agregados familiares de grandes dimensões face à maioria dos restantes países em análise (3,7; 3,5; 4,2; pessoas por agregados familiar respectivamente). Contudo esse número é muito próxima da média obtida sem Israel e os países do alargamento, que é de 2,96 pessoas.

⁵ Os países do norte e centro da Europa e do alargamento são os grupos de países que apresentam mais diferenças entre si no tamanho médio dos agregados. A Alemanha e o Reino Unido (com 2,6 e 2,7 respectivamente) aproximam-se muito dos países Escandinavos. Mas já o Luxemburgo apresenta um tamanho médio (3,3) ao nível dos países do Sul, e a Irlanda apresenta mesmo um valor superior (3,6) a qualquer país do Sul da Europa. Nos países da Europa do Alargamento, a Hungria a apresentar valores ao

Contudo, apesar dos países escandinavos apresentarem, em média, agregados familiares de menores dimensões, têm, segundo os dados do Eurostat para o ano 2000, dos maiores índices sintéticos de fecundidade⁶ na Europa. A Noruega (1,9), a Finlândia (1,7), a Suécia (1,5) e a Dinamarca (1,8) são também seguidos por países como o Luxemburgo (1,8), a Holanda (1,7) e a Irlanda, que é o país com o maior índice sintético de fecundidade (1,9). Inversamente, apesar dos países do Sul estarem acima da média quanto ao tamanho do agregado familiar, apresentam os valores mais baixos quanto ao índice sintético de fecundidade. Neste âmbito distinguem-se a Espanha (1,2), a Itália (1,3) e a Grécia (1,3). Portugal com 1,5 apresenta um valor idêntico ao índice sintético de fecundidade da Europa dos 15 em 2000.

Gráfico 1



Fonte: European Social Survey, 2002

Estes dados indiciam que os países do sul, tradicionalmente com maiores índices sintéticos de fecundidade, inverteram as suas posições com outros países europeus, em especial em relação aos nórdicos, mantendo embora agregados familiares de maiores dimensões⁷. Deste modo, conclui-se que não podemos explicar as dimensões do agregado por um maior índice sintético de fecundidade, havendo outras variáveis explicativas como o facto de os jovens se autonomizarem mais cedo ou mais tarde, o envelhecimento da população devido a uma menor taxa de mortalidade, factores económicos, entre outros.

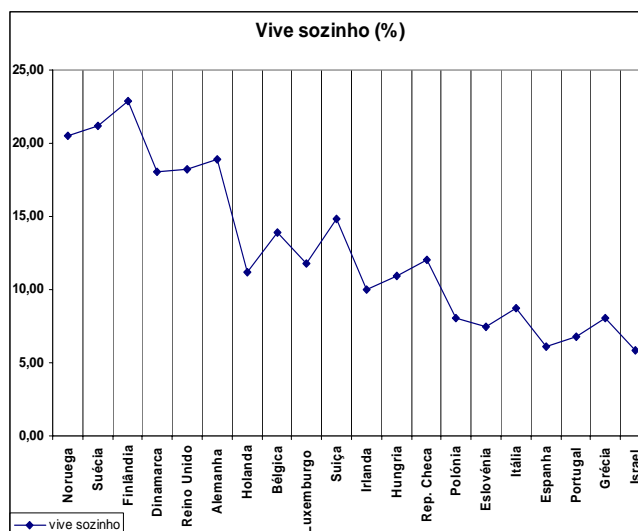
Quanto aos indivíduos a viver sozinhos (**gráfico 2**), os países escandinavos, seguidos de perto pela Alemanha e o Reino Unido, destacam-se com as percentagens mais altas dos países analisados (com percentagens que rondam os 20%).

nível dos países do Sul (com 3,2), a República Checa está próxima dos países centrais (com 3,0) e a Polónia e a Eslovénia destacam-se com valores elevados (3,7 e 3,5 respectivamente).

⁶ Número médio de filhos por mulher em idade fecunda (dos 15 aos 49 anos).

⁷ Segundo os dados do *Eurostat* que acompanham a evolução dos índices sintético de fecundidade ao longo das sucessivas gerações de mulheres (começando nas mulheres nascidas em 1930) verifica-se que os países do Sul partem dos maiores índices sintético de fecundidade da Europa nas gerações mais velhas, apresentando depois um grande decréscimo deste indicador ao longo das gerações, acabando com valores abaixo dos restantes países europeus, e em especial dos países escandinavos. Neste último grupo de países, o índice sintético de fecundidade também tem decrescido, embora de forma não tão abrupta.

Gráfico 2:



Fonte: European Social Survey, 2002

Também aqui, os valores dos países do Sul (Itália, Espanha, Portugal e Grécia) contrastam com os valores dos países escandinavos e do Norte e Centro⁸. Os escandinavos têm quase três vezes mais pessoas a viverem sozinhas que o Sul no seu conjunto⁹. E é também aí que há mais jovens dos 15 aos 29 anos a viver sozinhos, sendo a média de 23,1%.¹⁰ Aliás, é apenas neste grupo de países que a percentagem de jovens a viverem sozinhos ultrapassa as percentagens referentes ao total dos indivíduos que vivem sós. E mais uma vez são a Alemanha e o Reino Unido que mais se aproximam dos escandinavos, com mais de 10% da população jovem a viver sozinha. Nos países do alargamento, se, por um lado, a República Checa, com 5,7% de jovens a viver sem mais alguém, se aproxima dos países da Europa Central como a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo, por outro lado, a Hungria, Polónia e Eslovénia (com 1,8%, 2,3% e 1% respectivamente) estão mais próximos da Irlanda (com 1,8%) e de Portugal que, tal como a Espanha, tem cerca de 2% dos indivíduos mais jovens a viverem sozinhos. Tomando o conjunto dos países do Sul a média eleva-se para 4,2%, devido à Grécia (8,3%) e à Itália (4,6%).

Comparando os jovens do Sul com os jovens escandinavos que vivem sós, verifica-se que estes são cerca de 6 vezes mais do que os do Sul. Já na faixa etária dos 60 até 74 anos verificamos que não existem disparidades tão grandes como nos jovens¹¹. Em todos os países europeus a percentagem de indivíduos entre os 60 e os 74 anos a viverem sozinhos é sempre maior que a percentagem total de indivíduos a viver nesta situação, o

⁸ Os países do Norte e Centro europeu (Reino Unido, Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça e Irlanda) com uma média de 14,1% de indivíduos a vivem sozinhos, são caracterizados por alguma heterogeneidade. A média dos indivíduos que vivem sós (9,7%) nos países do Alargamento também é superior à dos países do sul. Porém, verificam-se dentro deste grupo de países discrepâncias quanto aos indivíduos que vivem sozinhos e quanto ao tamanho médio dos agregados. Assim, a Hungria e a República Checa encontram-se mais próximos dos países do Norte e Centro europeu e a Polónia e a Eslovénia mais próximos dos países do Sul.

⁹ A Itália e a Grécia são os países do Sul que apresentam os valores mais elevados (8,7% e 8,0% respectivamente) e Portugal e Espanha os que revelam os valores mais baixos neste grupo de países (6,8 % e 6,1 % respectivamente).

¹⁰ Estes dados referem-se à distribuição das pessoas que, no escalão etário dos 15 aos 29 anos, afirmaram que quanto à composição do seu agregado familiar disseram que viviam sozinhas.

¹¹ No entanto, não deixam de existir diferenças entre os países do Sul e os restantes países europeus pois também dentro deste escalão etário há menos proporção de idosos a viverem sozinhos no Sul. Certamente que as diferentes esperanças de vida serão um factor explicativo, com os países Sul a apresentarem uma menor esperança de vida (com a excepção da Espanha).

que evidencia o peso dos mais idosos. Quanto à distribuição das pessoas que vivem sem mais alguém, por escalões etários, é apresentada no **quadro 1**.

Quadro 1: Pessoas a viverem sozinhas por escalões etários (%)¹²

	15-29 anos	30-44 anos	45-59 anos	60-74 anos	75 anos e +	Total
Noruega	21,1	23,9	14,1	18,3	22,5	100
Suécia	24,3	19,1	19,1	16,4	21,1	100
Finlândia	24,7	16,5	20,6	22,7	15,5	100
Dinamarca	24,4	19,2	19,2	20,5	16,7	100
Reino Unido	14,3	21,6	21,0	22,2	20,8	100
Alemanha	13,4	24,7	17,1	25,6	19,1	100
Holanda	8,8	17,7	23,8	27,9	21,8	100
Bélgica	10,6	18,6	20,4	23,0	27,4	100
Luxemburgo	0,0	25,0	25,0	25,0	25,0	100
Suiça	11,4	25,0	20,5	28,4	14,8	100
Irlanda	3,3	13,3	20,0	36,7	26,7	100
Hungria	3,4	12,5	22,7	37,5	23,9	100
Rep. Checa	7,8	6,8	21,4	42,7	21,4	100
Polónia	8,7	9,9	19,8	34,0	27,7	100
Eslovénia	0,0	8,3	16,7	50,0	25,0	100
Itália	11,7	17,8	22,0	23,9	24,6	100
Espanha	7,8	15,5	15,0	35,8	25,9	100
Portugal	8,9	10,7	10,7	44,6	25,0	100
Grécia	21,4	15,7	11,4	28,6	22,9	100
Israel	20,0	16,0	12,0	32,0	20,0	100
Média europeia	12,3	16,9	18,6	29,8	22,4	100

Fonte: European Social Survey, 2002

Observa-se que no total de indivíduos que vivem sozinhos há mais jovens nos países escandinavos do que no resto da Europa, visto que naqueles países os valores modais situam-se nos escalões etários mais jovens. Isto evidencia a independência precoce dos jovens escandinavos face aos restantes, possivelmente explicável por factores culturais, pela existência de apoios sociais e até por razões económicas¹³. Contrariamente aos países escandinavos, as modas mais frequentes no resto da Europa situam-se no escalão etário compreendido entre os 60 e 74 anos. Em Portugal 44,6% das pessoas que vivem sozinhas têm entre 60 e 74 anos e 25% têm 75 ou mais anos¹⁴.

Quanto a outras estruturas de composição familiar importantes como os casais sem filhos¹⁵, a sua proporção nos países escandinavos (média de 34,7%) é a mais elevada. A percentagem de casais com filhos é mais nivelada com a percentagem de casais sem filhos, ao contrário do que acontece nos outros países. No entanto, note-se que isto pode ser devido ao duplo efeito de os filhos abandonarem mais cedo a casa dos pais e ao facto de as pessoas tenderem a viver mais sozinhas.

A ilustrar esta situação temos na figura 1 uma forte correlação entre a percentagem de casais sem filhos e a proporção de jovens a viverem sozinhos. Uma

¹² Os valores que estão a 'negrito' neste quadro correspondem à moda.

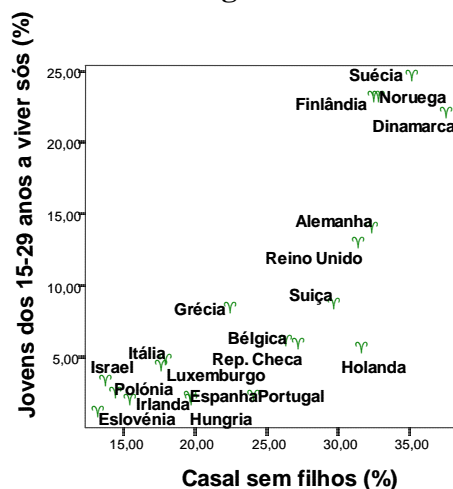
¹³ Complementarmente, observa-se, a partir da percentagem de jovens a viver com outros não familiares, a independência mais prematura dos jovens nos países escandinavos e do Norte europeu - Reino Unido (6,7%), Noruega (6,4%), Irlanda (4,4%), Suécia (4,3%) e Dinamarca (3,7%).

¹⁴ Estes dois escalões etários, se agregados, representam quase 70% da população que vive sozinha em Portugal. Neste campo, Portugal destaca-se dos restantes país, sendo apenas ultrapassado pela Eslovénia. Contudo, este é um problema que atravessa fronteiras pois, considerando todos os países inquiridos, a média dos indivíduos a viver sós com 60 ou mais anos é de 52,2%. Este envelhecimento da estrutura dos indivíduos que vivem sozinhos é indicador da necessidade de centrar apoios e políticas sociais na população idosa que vive nessa situação, particularmente em Portugal.

¹⁵ Note-se que esta categoria inclui não só casais que nunca tiveram filhos mas também casais que não se encontravam a viver com os seus filhos na altura da aplicação do inquérito.

vez mais a Alemanha e o Reino Unido são os países que mais se aproximam da Escandinávia (Figura 1).

Figura 1



Fonte: European Social Survey, 2002

Entre os países do Sul há cerca de 20,1% de casais sem filhos, mas é nos países do alargamento que se observa o valor mais baixo de casais sem filhos (18,8%)¹⁶. O Sul apresenta a maior percentagem de casais com filhos (51,4%) e das menores de casais sem filhos, o que mostra, de outra forma, que no Sul os filhos têm mais tendência a ficar em casa dos pais.

Nos dados do ESS, o Sul da Europa aparece com percentagens elevadas de monoparentalidade em especial a Espanha e a Itália (9,2% e 8,3% respectivamente), que ultrapassam os países do Norte e Centro da Europa (em média com 6,7% de famílias monoparentais) e os países escandinavos (em média, com 5,8%). Portugal apresenta uma proporção de 5,7%¹⁷ (estando um pouco acima da média da Europa que se situa em 5,6%). De todos os países, a Irlanda e a Hungria¹⁸ são os países que têm mais famílias monoparentais (10,3% e 9,7%), contrastando com a Suíça e a Holanda (com 4,6% e 4,3% respectivamente)¹⁹.

¹⁶ A República Checa (com 27,4%) destaca-se do seu grupo apresentando valores mais próximos de alguns países do Norte e Centro europeu.

¹⁷ o que em comparação com dados do Eurostat de 1997 representa uma subida para mais do dobro, uma vez que em 1997 a proporção era 2%. Nos dados do Eurostat (relativos a 1997) na Europa dos 15, os países escandinavos têm as maiores proporções de famílias monoparentais (7% na Suécia, 5% na Finlândia, e de 3% na Dinamarca). Ao contrário dos países do sul que apresentavam as menores proporções (Espanha 1%, Itália, Portugal, Grécia 2%). As diferenças dos valores obtidos através do ESS e do Eurostat podem não significar apenas um crescimento efectivo das famílias monoparentais nos países do Sul. Há também que reter que os dados do Eurostat apenas contemplam famílias monoparentais com crianças dependentes. Os dados por nós apurados contemplam qualquer situação em que um pai ou uma mãe viva com os filhos. Para além disso, há que contar com a maior autonomização dos filhos nos países escandinavos.

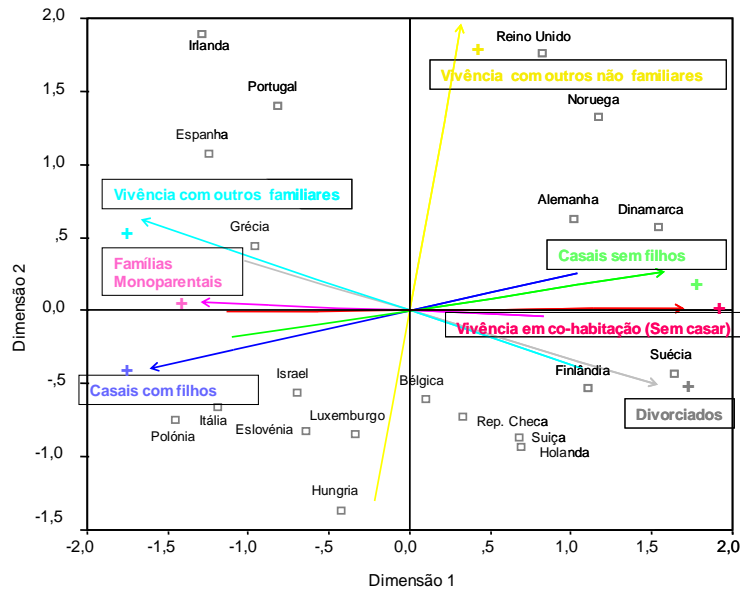
¹⁸ Os países do alargamento têm a maior percentagem de monoparentalidade (8,6%), não havendo grandes diferenças entre os países que compõem este grupo.

¹⁹ Segundo a distribuição da monoparentalidade pelos diversos escalões etários, é no Reino Unido que há mais jovens monoparentais (com 25,7%), seguido de Portugal, (com 22,2%), o que é coerente com o facto de ser nestes países que existe um número mais elevado de mães adolescentes. Porém, a maioria dos indivíduos europeus que estão em situações de monoparentalidade têm na sua maioria idades compreendidas entre os 30 e 59 anos, o que poderá ser justificado por ser também neste intervalo etário que se encontram a grande parte dos indivíduos divorciados.

Na figura 2, pode-se ver que nos países escandinavos e do Norte da Europa, há maior informalidade quer na coabitação, quer na vivência com outros não familiares, e também mais casais sem filhos e mais divorciados.

Por oposição, no Sul há mais casais com filhos, mais monoparentalidade, maior vivência com outros familiares, o que evidencia maior existência de agregados familiares alargados.

Figura 2



Fonte: European Social Survey, 2002

Alguns países do centro da Europa estão em posições intermédias como o Luxemburgo, a Irlanda e a Bélgica. Por sua vez, a República Checa encontra-se mais próxima dos países do Norte e Centro europeu.

Israel tem as suas idiossincrasias de onde se salientam certas características como agregados familiares bastante numerosos, menos indivíduos a viverem sozinhos, e o diferencial mais elevado entre os casais com filhos e sem filhos (31,5%), fruto do valor mais elevado de casais com filhos (45,4%) e de um dos mais baixos de casais sem filhos (13,9%).

Quanto ao estado civil dos casais europeus, podemos observar que, como seria de esperar, em todos os países a maior parte da população é casada. No entanto, é nos países escandinavos que se podem observar o menor número de indivíduos casados da Europa (sendo a Suécia o país com menos indivíduos nesta situação, 46,1%). Pelo contrário, em média, nos países do sul mais de 60% dos indivíduos está casado.

Na análise dos divorciados, mais uma vez faz sentido a divisão entre, por um lado, os países escandinavos e do Norte e centro da Europa e, por outro, os do Sul. Os países do último grupo apresentam percentagens, bem mais baixas e extremamente homogêneas, de indivíduos que estão divorciados (**quadro 2**). Portugal, dentro da realidade do sul da Europa, é o país que tem o número mais elevado de divorciados. Esta especificidade neste contexto tem sido explicada por vários factores, um dos quais parece ser o da elevada taxa de actividade feminina no nosso país (Torres, 1996; 2002) face aos outros países do Sul. Já no que se prende com a coabitação com companheiro(a) sem formalização de casamento, se pode observar que é nos países escandinavos, no Reino Unido, na Alemanha e na Suíça que há mais indivíduos cuja relação assenta na informalidade (mais de 30% nos países escandinavos e mais de 20%

no Reino Unido, na Alemanha e na Suíça). O grupo de países do Norte e centro e do alargamento europeu mostram assim valores muito heterogéneos neste indicador.

Assim, há países que se aproximam mais dos escandinavos, onde encontramos de 10% a 20% da população a viver nesta situação (Bélgica, Luxemburgo, Hungria, Eslovénia e Rep. Checa) e outros que se aproximam dos valores mais baixos dos países do Sul, como a Polónia e a Irlanda, com 3,6% e 8,0% respectivamente.

Os países do Sul têm, assim, os valores mais baixos da Europa, não chegando aos 8% da população a viver nesta situação. Portugal é dos países em causa o que tem menos pessoas a coabitar sem casar, com 4%, seguido da Grécia com apenas 3%.

Esta tendência poderá indicar a existência, entre outros factores, de uma contracção perante uma modalidade menos formalizada e também menos protegida legalmente, como

Quadro 2: Estado civil e coabitação¹ (%)

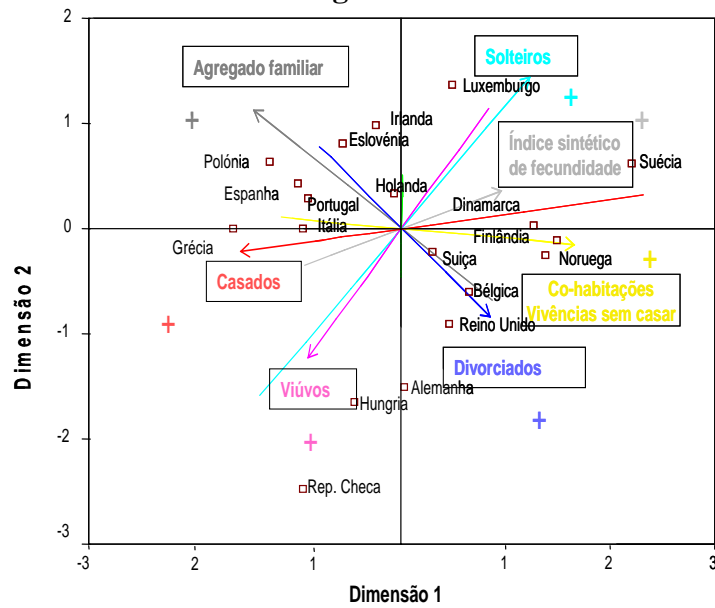
	Casado(a)	Divorciado (a)	Coabitação sem casamento
Noruega	51,3	7,2	36,9
Suécia	46,1	8,9	36,9
Finlândia	50,3	9,3	24,5
Dinamarca	55,0	7,6	35,5
Reino Unido	55,7	7,1	21,8
Alemanha	56,2	7,5	20,9
Holanda	63,2	4,8	-
Bélgica	53,5	8,2	19,1
Luxemburgo	54,4	4,7	15,6
Suíça	58,9	7,4	22,1
Irlanda	55,3	1,1	8,0
Hungria	55,3	8,6	15,1
Rep. Checa	64,4	8,3	13,3
Polónia	57,6	3,2	3,6
Eslovénia	53,9	3,7	14,4
Itália	60,5	1,8	7,6
Espanha	58,5	1,2	4,9
Portugal	64,9	2,2	4,0
Grécia	66,6	1,6	3,0
Israel	59,5	4,1	5,4
Média europeia	57,8	5,1	20,4

Fonte: European Social Survey, 2002

é a coabitação, visto que, no Sul, a entrada na vida conjugal se faz através do casamento (Torres, 1995).

A conjugação de alguns indicadores já abordados, através de uma análise multivariada, (CATPCA), como se pode observar na **figura 3**, permite chegar a conclusões interessantes, nomeadamente, e talvez ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, a informalidade não é inimiga da fecundidade. Com efeito, o maior número de coabitações, de solteiros e de divorciados observa-se nos países escandinavos e do Norte e centro europeu, sendo também aqui que se observa o índice sintético de fecundidade mais elevado.

Figura 3



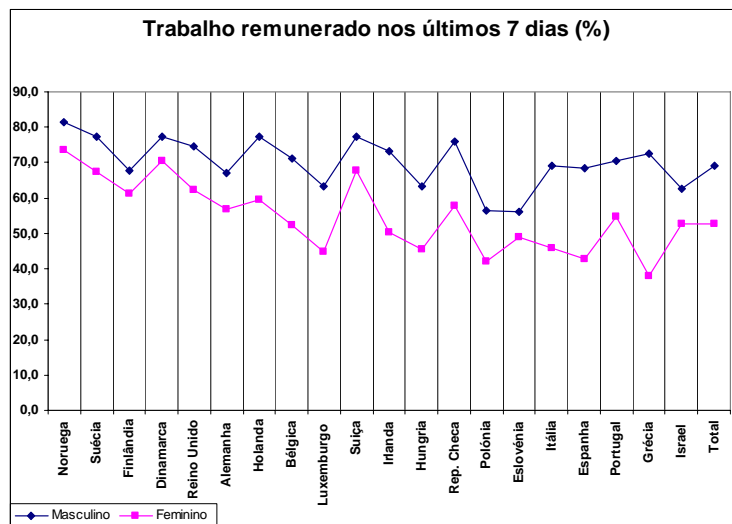
Fonte: European Social Survey, 2002

Ao contrário, nos países do Sul e do alargamento há mais casados, agregados familiares com mais indivíduos e o índice sintético de fecundidade mais baixo.

2. Família, trabalho e rendimentos: Uma abordagem europeia

No que respeita ao desempenho de uma actividade profissional nos 7 dias que precederam a aplicação do inquérito, pode-se observar (no gráfico 3) que as mulheres portuguesas, em comparação com os outros países do sul europeu se destacam por terem uma maior presença no mercado de trabalho, o que aliás está conforme o já apontado por

Gráfico 3



Fonte: European Social Survey, 2002

estudos anteriores (Almeida, *et al.*, 1998). Assim, a representação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho está acima da média europeia (**gráfico 3**). Para além disso, as mulheres portuguesas, são das que trabalham mais horas no conjunto dos países europeus analisados. Deste modo, mantém-se a especificidade da realidade portuguesa que conjuga por um lado uma elevada representação feminina com uma maior carga horária e

os valores mais altos do sul da Europa no que respeita ao índice sintético de fecundidade. Estes três factores poderão indicar que as mulheres portuguesas têm de se desdobrar entre família e trabalho, articulação ainda mais dificultada pela insuficiência de redes, recursos e equipamentos sociais em Portugal²⁰ (Torres, *et al.*, 2004).

Quanto ao número de horas despendidas no exercício duma actividade laboral, podemos observar para o conjunto dos homens e das mulheres, nos países do alargamento e do sul da Europa que se trabalha mais horas, especialmente na Eslovénia, Grécia, na Polónia e em Portugal (46,1%; 45,5%; 44,4% e 43,8%, respectivamente). Por oposição é nos países do norte e centro que se trabalham menos horas semanais.

Quadro 3: Rendimentos médios mensais dos agregados familiares

	Menos de 500 €	501-1000 €	1001-1500 €	1501-2000 €	2001-2500 €	2501-3000 €	3001-5000 €	Mais de 5000 €
Noruega	4,7	3,3	7,1	8,7	9,3	13,3	30,4	23,3
Suécia	1,8	10,0	14,5	16,1	14,7	16,7	21,4	4,6
Finlândia	4,6	14,0	15,9	15,2	16,0	12,6	17,1	4,6
Dinamarca	2,1	4,5	12,0	11,2	10,6	12,2	32,5	14,8
Reino Unido	5,1	12,5	11,2	11,1	9,2	9,7	22,6	18,6
Alemanha	3,3	8,2	15,9	16,9	16,8	12,4	17,9	8,6
Holanda	3,0	6,2	14,0	14,8	15,6	15,3	19,6	11,6
Bélgica	2,8	12,3	17,7	18,6	16,5	12,8	13,7	5,7
Luxemburgo	1,7	1,1	4,8	12,1	16,4	13,8	27,5	22,7
Suíça	2,4	1,5	3,6	4,6	6,4	9,0	36,2	36,2
Irlanda	26,9	11,2	13,1	10,9	11,9	10,9	7,4	7,8
Hungria	67,9	13,3	10,1	5,0	2,8	0,6	0,0	0,3
Rep. Checa	36,1	37,9	13,4	5,1	3,5	1,3	2,2	0,4
Polónia	65,3	22,6	5,5	2,5	1,6	1,0	0,7	0,8
Eslovénia	24,2	31,8	22,9	11,3	6,1	2,2	1,2	0,2
Itália	9,0	18,7	18,8	17,1	14,7	6,6	10,7	4,3
Espanha	14,1	25,8	24,9	15,3	8,4	5,2	4,4	1,9
Portugal	27,9	25,6	18,0	12,0	6,0	4,0	4,3	2,2
Grécia	23,9	28,1	18,7	9,9	7,5	5,0	4,0	2,8
Israel	8,9	21,3	19,7	16,6	11,2	10,3	8,7	3,3

Fonte: European Social Survey, 2002

Curiosamente, no que se refere aos rendimentos familiares auferidos, não parece haver uma relação entre estes e as horas de trabalho despendidas, pois apesar de se trabalharem semanalmente mais horas nos países do Sul e do alargamento, é neste conjunto de países que há um maior número de pessoas a ganhar menos de 500 euros mensais (27,6% em Portugal, 65,3% na Polónia e 67,9% na Hungria) ou até 1000 euros por mês (37,9% na República Checa, 31,8% na Eslovénia, 25,8% em Espanha e 28,1% na Grécia).

Como que por oposição, nos países escandinavos, a maior parte dos agregados recebem entre 3000 e 5000 euros mensais observando-se poucos agregados nas categorias correspondentes aos rendimentos médios do agregado familiar mais baixos e a uma distribuição mais homogénea nos mais altos, por exemplo na Noruega e na Dinamarca cerca de 50% da população ganha mensalmente mais de 5000 euros. Estes valores poderão ser um indicador da existência de menores desigualdades sociais, uma vez que não há uma grande disparidade entre os ordenados auferidos.

Os países do norte e centro europeu não mostram homogeneidade, uma vez que, se no Luxemburgo, na Holanda, na Alemanha e no Reino Unido o rendimento médio do agregado familiar mensal mais recebido é o que se situa entre os 3000 e os 5000 euros (na Suíça este valor supera os 5000 euros), na Bélgica 18,6% diz receber de

²⁰ Poderão contribuir pluralidade de expedientes e de factores – não são alheias as solidariedades mobilizadas ao nível familiar (Guerreiro, 1995).

1500 a menos de 2000 euros e na Irlanda mais de ¼ da população (26,9%) recebe menos de 500 euros por mês. No entanto, quase todos os países deste grupo, com excepção da Irlanda, apresentam uma distribuição equilibrada em todos os patamares financeiros mais elevados e uma menor concentração nos mais baixos o que, mais uma vez, poderá indicar a existência de maior igualdade social nestes países, tal como nos países escandinavos.

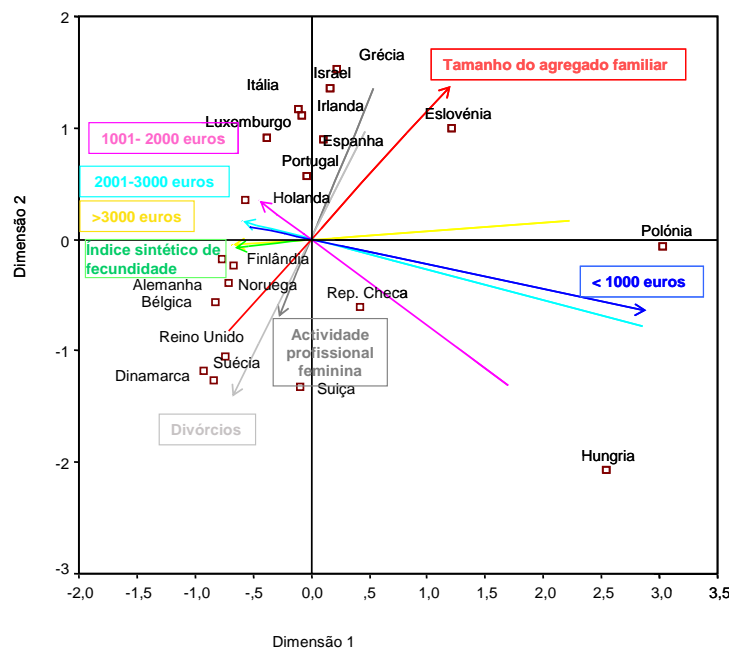
Para além dos países do alargamento, os países do sul apresentam, de uma forma global, os rendimentos do agregado mais baixos da Europa. No entanto, a Itália é o país que mais se destaca pela positiva, registando maior número de pessoas a receber entre 1000 a 1500 euros e a ter uma maior homogeneidade em todos os intervalos financeiros.

Na Espanha e na Grécia, a moda dos rendimentos do agregado familiar situa-se no escalão dos 500 a 1000 euros (com 25,8% e 28,1% respectivamente). Portugal é o país do sul da Europa onde há mais famílias a ganhar em média menos de 500 euros por mês e onde mais de metade de população (53,5%) da população tem em média até 1000 euros mensais para fazer face às despesas familiares.

Sistematizando alguns dos indicadores referidos através de uma análise multivariada (CATPCA), como se pode observar na **figura 4**, conclui-se que por um lado há mais mulheres inseridas no mercado de trabalho, por outro lado há mais divorciados. Assim, nos países escandinavos e do Norte europeu, a par de factores económicos, culturais que proporcionam a inserção das mulheres no mercado de trabalho, parece haver uma maior informalidade das relações e maior propensão para o divórcio, que tenderá a ocorrer também pela menor dependência económica que mulheres e homens têm perante a instituição conjugal.

Nos países do sul, com excepção de Portugal, há menos mulheres inseridas no mercado de trabalho, onde há menos divorciados e maior formalização das relações conjugais. É também aqui que se encontram os rendimentos dos agregados familiares mais baixos, a par do que se verifica nos países do alargamento.

Figura 4



Fonte: European Social Survey, 2002

Os valores mais elevados do índice sintético de fecundidade surgem também nos países escandinavos e do Norte e centro europeu, que para além de serem os que

disponibilizam mais equipamentos e estruturas de apoio face às necessidades, são ainda os países em que se observam os rendimentos médios do agregado familiar mais elevados, o que poderá indiciar um maior planeamento da parentalidade resultante, por um lado, no aumento de nascimentos nos países que oferecem melhores condições sócio-económicas, e por outro, no constrangimento no ter filhos nos países em que há menos rendimentos médios e menos alternativas de apoio e equipamentos e recursos sociais disponíveis (gráfico 7).

As principais características observadas ao longo desta análise, embora em forma de conclusões preliminares e ainda provisórias, podem ser consultadas no quadro 4 (abaixo), onde se procurou delinear as especificidades das famílias europeias.

Quadro 4: Perfis familiares na Europa

Países Escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca)	Grupo mais ou menos homogéneo na maior parte dos indicadores referentes à família. Agregados familiares de menores dimensões – 2,6 indivíduos por agregado; mais pessoas a viverem sozinhas e, por consequência da sua maior autonomia, mais jovens a viver com outros não familiares. Há mais casais sem filhos e menos monoparentalidade. Verifica-se a maior média do índice sintético de fecundidade, que é 1,72, considerando em conjunto os quatro países escandinavos. Os rendimentos médios do agregado são dos mais elevados da Europa, havendo uma maior concentração nos escalões mais elevados e uma distribuição mais equitativa dos rendimentos.
Países Norte e Centro da Europa (Reino Unido, Alemanha, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Irlanda)	Grupo heterogéneo onde a dimensão média do agregado familiar oscila de país para país – tendo o Reino Unido e a Alemanha valores mais baixos e a Irlanda com os mais elevados. Em média o índice sintético de fecundidade nos países e norte e centro da Europa é de 1,65. Embora havendo diversidades entre alguns países, há ligeiramente menos indivíduos a viver sozinhos que nos países escandinavos. Em comparação com este último grupo de países, evidencia-se uma estrutura menos rejuvenescida das pessoas que vivem sozinhas. Em relação aos casais com e sem filhos também se podem observar discrepâncias entre países, assim na Suíça e na Irlanda há mais casais com filhos do que sem filhos demonstrado pelos valores diferenciais superiores a 20%. Neste indicador, mais uma vez, a Alemanha e o Reino Unido estão mais próximos dos países escandinavos. Também na monoparentalidade há valores heterogéneos entre países, destacando-se a Bélgica e a Irlanda, com 7,2% os dois, e o Reino Unido com 5,9%. Os rendimentos são dos mais elevados, com excepção da Irlanda.
Países do Alargamento (Hungria, República Checa, Polónia e Eslovénia)	Grupo heterogéneo. Assim, no que se refere às dimensões dos agregados familiares, a Polónia e a Eslovénia, com os agregados maiores da Europa, aproximam-se mais dos países do Sul, por outro lado, a Hungria e a Rep. Checa estão mais próximas das dimensões dos agregados familiares do norte e centro europeu, o mesmo se passa na distribuição dos indivíduos que estão a viver sozinhos. Já nos jovens a viver sem ninguém, apenas a Rep. Checa apresenta valores aproximados aos do norte e centro europeu e a Hungria, a Eslovénia e Polónia estão, mais uma vez, com valores semelhantes aos do sul da Europa. Os rendimentos médios do agregado são os mais baixos, registando-se bastantes desigualdades na sua distribuição. Assim, na Eslovénia e Rep. Checa o rendimento médio do agregado familiar mais recebido oscila entre os 500 e os 1000 euros e na Hungria e na Polónia mais de 60% dos agregados dispõem até 500 euros, o que contrasta de uma forma bastante expressiva com alguns países do norte e centro da Europa e especialmente com os escandinavos. Apesar dos rendimentos serem menores, trabalha-se, em média, mais horas que na Escandinávia e que nos países do norte e centro europeu. É ainda, segundo esta pesquisa, onde há mais famílias monoparentais em toda a Europa.
Países do sul da Europa (Itália Espanha Portugal Grécia)	Agregados, em média, numerosos (3,3 pessoas) que contrastam com os países do norte e do centro da Europa. No entanto, a média do índice sintético de fecundidade é a mais baixa dos países europeus analisados 1,33. Dentro das pessoas que vivem sozinhas, há mais idosos. É também, nestes países que existem mais casais a viver com filhos, o que, conjuntamente com as elevadas dimensões do agregado familiar, poderá indicar que os jovens permanecem em casa dos pais até mais tarde. Nestes países os ordenados são dos mais baixos, sendo que a maior parte dos agregados do sul da Europa recebe mensalmente, em média, até 1000 euros – com excepção da Itália, onde o rendimento médio do agregado familiar mais auferido vai até aos 1500 euros e se observa uma distribuição mais equilibrada dos rendimentos.
Israel	Israel apresenta valores um pouco diferentes dos do resto dos países em análise, resultado das suas idiossincrasias próprias. No entanto, caracteriza-se por ter os agregados familiares de maiores dimensões, o menor número de pessoas a viver sozinhas, sendo estas mais velhas. É onde se encontram mais casais com filhos e menos casais sem estes. É dos países onde se trabalham mais horas, mas as mulheres despendem menos tempo nestas actividades que os homens. 50% da população tem rendimentos até aos 1500 euros, mas o rendimento médio do agregado familiar mais recebido vai dos 500 aos 1000 euros.

Bibliografia:

ALMEIDA, Ana Nunes de, Maria das Dores GUERREIRO, Cristina LOBO, Anália TORRES e Karin WALL (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade” em José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora

Eurostat Yearbook (2002)

TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos – uma análise sociológica*; Oeiras, Celta Editora

TORRES, Anália (1997) Casar por que não? Práticas e perspectivas de jovens portugueses sobre o casamento e a família”, in, *Jovens em mudança*, Actas do Congresso Internacional *Growing up between centre and periphery*, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

TORRES, Anália (2002) *Casamento em Portugal. Uma Análise Sociológica*, Oeiras; Celta Editora

TORRES, *et al.*, (2004), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Estudos nº1, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.